

Revista LEX de
Direito
Administrativo

Classificação Qualis/Capes: B3

Editora

Zilá T. Miorelli

Coordenadores da Revista

Leonardo da Rocha de Souza

Silvio Luís Ferreira da Rocha

Conselho Editorial

Carolina Zockun	Christianne Stroppa
Cleide Calgaro	Danilo Miranda Vieira
Flávio Garcia Cabral	Genilson Carreiro
Georghio Tomelin	Jacinto Arruda Câmara
Jefferson Carlos Carús Guedes	José Roberto Pimenta Oliveira
Julio Grostein	Leticia Queiroz de Andrade
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	Luis Manuel Fonseca Pires
Luzardo Faria	Marcia Pellegrini
Marcos Augusto Peres	Marcos Porta
Marinês Restellato Dotti	Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Raphael Silva Rodrigues	Rafael da Cás Maffini
Rodrigo Bordalo	Rodrigo Almeida Magalhães
Silvio Guidi	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
	Tatiana Meinhart Hahn

v. 6 n. 16

janeiro/abril 2026

LEX
E D I T O R A

© **REVISTA LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Publicação quadrimestral da LEX Editora S/A, à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

Os conceitos emitidos nos trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores.

Artigos podem ser encaminhados via site (<http://www.lex.com.br/enviar-doutrina>).

Publicação com distribuição em todo o território nacional.

Revista LEX de Direito Administrativo

n. 16 (jan./abr. 2026)-.- Porto Alegre: LEX, 2026.

Quadrimestral.

Coordenação: Leonardo da Rocha de Souza e Silvio Luís Ferreira da Rocha.

ISSN 2763-5619

1. Direito Administrativo – Periódico.

CDU 342.9(05)

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

LEX Editora S/A

Diretora: Marlene Imhoff

Rua 18 de Novembro, 423 Porto Alegre/RS - CEP 90240-040

www.lex.com.br sac@lex.com.br

Serviço de Atendimento: 51 3191-3033

SUMÁRIO

Apresentação 5

Doutrina

A adjudicação do direito constitucional à saúde: a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Juan Paulo Haye Biazevic 7

Os desacordos interpretativos do STF em torno da prescrição no TCU: uma análise empírica das decisões do Supremo

Ana Cristina Melo de Pontes Botelho e Thiago da Cunha Brito 31

Mediação e conciliação para reequilíbrio em contratos administrativos: análise da nova Lei de Licitações à luz do Acórdão nº 2.135/2023 do Tribunal de Contas da União

Raphael Silva Rodrigues, Thiago Penido Martins e Talles Oliveira Dantas Pinto 61

Da promoção da saúde mental nos municípios do Estado do Piauí

Benigno Núñez Novo e Flora Izabel Nobre Rodrigues 79

Paesismo: a efetivação dos ideários constitucionais no poder executivo municipal

Marcos Paulo Alves de Freitas 101

Risco administrativo e segurança pública: a adesão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo à tese da responsabilidade estatal objetiva em ações de reparação civil por conduta policial militar

Leonardo Bastos Stevanato 115

Licitações e contratos sob a égide da nova lei: a inexigibilidade na contratação de serviços jurídicos por advogados

Carlos Antonio da Silva 151

Jurisprudência

Apelação Cível nº 0011009-28.2007.8.26.0223

Relator: Des. Martin Vargas 163

Diretrizes para submissão de artigos doutrinários 189